

FACES E INTERFACES DA VIOLÊNCIA: CONTEXTO SOCIAL, CRIMINALIZAÇÃO E CONTROLE DOS EXCLUÍDOS.

A sessão coordenada tem como objetivo apresentar os resultados de pesquisas sobre contextos sociais diversificados, que são perpassados pela temática da violência, criminalização da pobreza, a segmentação e o controle social dos excluídos. Pesquisas que evidenciam o contexto de constituição e valorização de um Estado Penal e da judicialização das expressões da Questão Social em detrimento de um Estado Social, no âmbito da garantia de direitos sociais e do exercício da cidadania. A sessão coordenada possui relevância uma vez que existem poucas pesquisas sobre as representações e significações da violência e dos processos de criminalização e judicialização da pobreza. Logo, a sessão apresentará estudos sobre a temática de violência doméstica, as faces e interfaces da violência nas prisões e no âmbito das políticas de infância e juventude.

UNIVERSIDADE E PRISÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL E DIALÉTICO. *Lobelia da Silva Faceira (Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)*

Introdução: O objeto de estudo da pesquisa foi estruturado a partir da operacionalização do projeto de extensão “Universidade e Prisão: um diálogo crítico e dialético”, que desenvolveu durante o ano de 2011 - 2013 atividades extensionistas com os presos da Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, localizada no Complexo Penitenciário de Gericinó. No trabalho socioeducativo com os presos tivemos a oportunidade de observar os relatos e narrativas dos mesmos sobre o cotidiano da prisão, destacando as faces e interfaces da violência, segregação e criminalização das relações sociais nesta instituição total. As prisões surgiram, segundo Foucault (1987), com a finalidade precípua de domesticar os corpos, fazê-los dóceis, principalmente para suportar jornadas árduas de trabalho. Em princípio, foram criadas as casas de correção, com a intenção de “regenerar” aqueles indivíduos considerados “vagabundos”. Eram consideradas grandes fábricas onde o trabalho era atrelado à disciplina intensa, de forma a reeducar aqueles que lá estavam. A instituição prisão, portanto, criada entre os séculos XVII e XVIII, constituiu-se como um dos mais eficientes mecanismos de controle social e coerção. O poder disciplinar constrói uma sociedade disciplinar, adestrando, produzindo coletivamente corpos individualizados e dóceis. Trata-se de uma modalidade de poder produtivo, e não essencialmente restritivo, mutilador ou repressivo, que liga as forças para multiplicá-las e utilizá-las em sua totalidade, apropriando-se delas ainda mais e melhor. A ação do poder disciplinar é essencialmente produção de subjetividade moderna. Objetivo: analisar o cotidiano e as relações sociais construídas e reconstruídas no espaço prisional, com vistas a pensar criticamente a condição de reclusão, os processos de violência, segmentação e criminalização. Método: o estudo consiste numa pesquisa qualitativa, tendo como público alvo os 100 presos que participam do grupo socioeducativo do projeto de extensão “Universidade e Prisão: um diálogo crítico e dialético”, no período de 2012 -2013. Os dados foram coletados através de entrevistas semi estruturadas e discussão em grupo, tendo como técnica de análise de dados a análise de conteúdo. Resultados: os presos destacam nas entrevistas e discussões em grupo que o contexto prisional reforça as relações sociais de violência, discriminação e segregação social presentes no âmbito da sociedade capitalista. Os presos relatam que as prisões não cumprem seu papel ressocializador, destacando a contribuição das famílias, da religião e, principalmente, da vontade e decisão do próprio preso como elementos

importantes no processo de suportar a rotina da prisão e vislumbrar a possibilidade de retorno ao convívio social. O Crime é associado, por alguns presos, a possibilidade de acesso ao dinheiro, poder, status e potencial de consumo. Bauman (1998) associa como causas da criminalidade um conjunto de mudanças na sociedade capitalista no período denominado como pós-modernidade como: o aumento do desemprego e das desigualdades sociais, a ausência e desmonte do Estado de bem-estar, a configuração de uma sociedade individualista e centralizada no consumo massificado, além das relações de poder e status associados ao crime. Os presos exaltam o sacrifício que suas famílias passam para visitá-los e a humilhação que vivenciam durante o credenciamento e a revista corporal; destacando que o cumprimento da pena e os estigmas da prisão são extensivos aos familiares.

Nível do trabalho: Pesquisador - P

Palavras-chave: prisão, cidadania, universidade

Área da Psicologia: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

A MEMÓRIA DE ESPAÇOS INSTITUÍDOS NA PRISÃO: A ESCOLA E A QUESTÃO DISCIPLINAR. *Francisco Ramos de Farias* (Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro)

Introdução: A prisão, produto da criação humana tem suas histórias e memórias. Funcionando nos primórdios como castigo para servir de advertência e exemplo, modifica-se, na modernidade, para ser lugar de reclusão com restrição de liberdade, sendo um espaço punitivo, idealizado para recuperação de quem transgride as normas sociais. No sentido de reinserir o criminoso na sociedade, a prisão dispõe de uma série de aparatos cuja função consiste em transformações subjetivas, de certo modo, corretivas visando uma suposta transformação de índole. Destes aparatos destaca-se a escola que, na condição de política pública, pretende oferecer ao detento àquilo que supostamente não realizou em liberdade, além da possibilidade de profissionalização. Objetivo: Pretende-se demonstrar como o direito à educação preconizado pela Lei de Execução Penal, sofre distorções quando de suas aplicação nos espaços prisionais. Método: A construção dos dados em situação de campo ocorreu na Escola Mario Quintana da Penitenciária Lemos de Brito no Rio de Janeiro, por intermédio de incursões de inspiração etnográfica, seguida de entrevistas com alunos, professores, diretores e ajudantes classificados de faxina. Optou-se por trabalhar esse espaço escolar em função de seu pioneirismo: primeira escola fundada em prisões no Estado do Rio de Janeiro com diferentes oficinas de formação profissional. Resultados: Das incursões com representantes da gestão penitenciária constatou-se uma posição recalcitrante em relação à escola e seu funcionamento por ser considerado uma variável a mais a ser objeto de controle e comando pela direção. No tocante à direção da escola observa-se um investimento em termos da proposta em oferecer meios para o criminoso elaborar projetos para gerenciar sua vida após sua saída da prisão. Os professores são unânimes em ressaltar a preferência pelo trabalho em escolas prisionais, sob a alegação de que, nesses espaços, os alunos são obedientes, reconhecem e valorizam o trabalho docente. Os alunos apresentam uma certa motivação para frequentar a escola em razão da quebra da monotonia na prisão e também pela remissão da pena. Muitos alegam que a escola é a única possibilidade de praticar uma atividade diferente, principalmente, aqueles que não têm uma filiação religiosa. Enfim, os ajudantes funcionam como órgãos de controle, pois muitos são indicados por facções criminosas que comandam determinadas ações na

prisão. Discussão: Algumas contradições perpassam a dinâmica da instituição escolar na prisão. Em princípio, a escola não funciona para todos os internos: a indicação é feita por mérito. Também o espaço físico é bastante exíguo não comportando mais de duzentos alunos. Em segundo lugar, a valorização feita, pelos professores, sobre a obediência dos alunos, no caso, criminosos, parece ter um efeito compensatório para o professor em termos da desvalorização e descrédito da profissão, fora da prisão. Em terceiro lugar, a escola funciona de modo a dar continuidade ao processo de homogeneização fazendo ressonância à política da administração penitenciária. Mas como se trata de transmissão de saber, não se pode controlar as consequências desse processo e, provavelmente, esse é o aspecto positivo da escola na prisão: possibilitar emancipação em um espaço de restrição de liberdade.

Apoio financeiro/Bolsa: FAPERJ

Nível do trabalho: Pesquisador - P

Palavras-chave: prisão, disciplina, violência

Área da Psicologia: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

ABANDONO E EXCLUSÃO: INFÂNCIAS VIOLENTADAS. *Glaucia Regina Vianna* (doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Introdução: A criança, em situação de risco, é um sintoma social trágico da grave crise ética e política em nosso país. Trata-se da situação de processo de abandono e exclusão que produz em futuras gerações, miséria e segregação. Mais de um terço das famílias brasileiras encontram-se abaixo da linha da pobreza, vivenciando ciclos de pauperização, em que os processos migratórios, pressões sociais, fragmentação dos vínculos afetivos, perda da função do chefe provedor, trabalho precoce dos membros mais jovens, desencadeiam situações de violência, abandono e desassistência. O artigo 277 que originou o Estatuto da Criança e Adolescente determina que, na ausência de pai, mãe ou responsável, a tutela deverá ser assegurada pelo Estado. Porém, o sistema institucional embora apresente projetos formidáveis a esse respeito, não são ainda executados de forma eficaz. As instituições que abrigam crianças, nessas condições, têm caráter de uma instituição total. Objetivo: Pretende-se analisar o trabalho realizado nos abrigos destinados a crianças em situação de risco social, cujas vidas são marcadas pela violência e triplo abandono (família, sociedade e Estado). Método: A construção de dados empíricos consistiu em entrevistas, observações etnográficas e visitas domiciliares, realizadas no Cemasi Gonzaguinha, um equipamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) da Prefeitura do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a promoção da reinserção de crianças em situação de risco social na faixa etária de 6 a 12 anos. Resultados: Mediante a narrativa das crianças do abrigo, constatou-se que suas vidas foram marcadas por constantes exposições a experiências traumáticas no próprio lar, sendo espancadas e violentadas por pais, que por sua vez, também foram violentados e espancados e não conhecem outra forma de educar seus filhos. Devido a constantes exposições à violência, ocorre uma dificuldade significativa na formação de vínculos de natureza afetiva, reforçado pela rotatividade de funcionários nas instituições. Os educadores sociais, em sua maioria, não possuem habilidades para lidar com essa clientela, o que desemboca no alto índice de evasão. A equipe técnica composta por Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo, realiza uma grande demanda de serviços burocráticos dificultando o trabalho com as crianças e suas famílias. Devido à miséria e violência no ambiente familiar e o trabalho precário realizado nos abrigos da

SMDS, a criança opta pela vida nas ruas. Agrupados em bandos pela cidade, entregam-se à prostituição e às drogas e envolvem-se no submundo do narcotráfico tendo uma média de vida muito curta. Discussão: A vida dessas crianças são marcadas por perdas significativas culminando no processo de exclusão, o qual inviabiliza a construção de condições de vida no contexto das relações sociais. Em primeiro lugar a violência sofrida no ambiente familiar, causando uma perda de referências relevantes no processo identificatório. Em segundo lugar, o trabalho precário realizado nos abrigos, contribuem para o alto índice de evasão. Em terceiro lugar, o excesso de serviços burocráticos atribuídos a equipe técnica impede a realização de um trabalho de qualidade voltado para as crianças e suas famílias, levando-as a optar pela vida nas ruas.

Apoio financeiro/Bolsa: CNPQ

Nível do trabalho: Pesquisador - P

Palavras-chave: criança em situação de risco social, abandono, violência

Área da Psicologia: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

O CUSTODIADOR: SUA FORMAÇÃO NO PROCESSO INTERFERINDO NO PROCESSO DE CUSTÓDIA. *José Paulo de Moraes Souza* (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Introdução: Quando pensamos em prisão, nos reportamos ao preso e ao Estado, a sofrimento e castigo, mas quase nunca pensamos na figura do custodiador e sua produção de subjetividade naquele espaço de confinamento. Como os custodiadores são preparados para lidarem com as situações adversas? Como recebem esses ensinamentos? Como a sociedade percebia esse custodiador e como o percebe na atualidade? Podemos trazer algumas contribuições para tais reflexões que ajudam a pensar o preso e a sua subjetividade pelo viés da convivência com o custodiador. Sabemos que não vivemos em “mundos isolados” e que o homem é um ser social por excelência e, portanto as influências acontecem e nos transformam dia a dia. O que dizer então de um espaço confinado, onde os sentimentos são aflorados pelo distanciamento de outros laços, principalmente, o familiar. Neste sentido, destacamos a relevância de analisar o papel, atribuições e formação profissional do custodiador. Objetivo: Demonstrar a que a formação auxilia no processo de convivência entre custodiador e custodiado e de que modo esse processo educacional transforma um olhar pré-conceituoso da sociedade para aqueles que ingressam para a carreira de Inspetor de Segurança Penitenciária, um processo que tem início na sala de aula. Metodologia: Como responsável pelo Centro de Estudos e Pesquisas, realizamos pesquisas semiestruturadas com os futuros Inspetores através de questionários com questões fechadas e abertas para que possam falar de sua formação, vida cotidiana e o que pensam do Sistema Penitenciário. Tais pesquisas realizadas nos anos de 2011, 2012 e primeiro semestre de 2013 com mais de 2.000 alunos, nos ajudam a mapear projetos e ações com os instrutores para a formação de novas turmas tendo em vista que o perfil do candidato à vaga de inspetor vem mudando nos últimos anos. Resultados preliminares: no início da institucionalização das prisões no estado do Rio de Janeiro, o inspetor de segurança penitenciária era denominado como carcereiro e não possuía nenhuma exigência de escolaridade mínima, inclusive muitos eram analfabetos. Eles eram convocados para o exercício deste ofício em função de suas características físicas e ingressavam no quadro de servidores, sem participarem de concursos públicos ou processos seletivos. Posteriormente, os carcereiros foram denominados Agentes de

Segurança e Administração Penitenciária, mas ainda carregavam um estigma de carcereiros. Ou seja, embora tivessem mudado de denominação ainda estava perdidos, sem uma identidade profissional e uma qualificação, que desse suporte a prática de seu ofício. Atualmente são denominados Inspectores de segurança e Administração Penitenciária e possuem uma formação de mais de 300 horas de aula, o que leva a uma reflexão do fazer e do ser. A pesquisa realizada nos anos de 2011, 2012 e primeiro semestre de 2013 com mais de 2.000 alunos, nos ajudam a mapear projetos e ações com os instrutores para a formação de novas turmas, tendo em vista que o perfil do candidato à vaga de inspetor vem mudando nos últimos anos. O salário do inspetor, o segundo maior do Brasil (só perdendo para o de Brasília); a inexistência de rebeliões nos últimos anos; a valorização do inspetor através de plano salarial, que figura a capacitação como um dos itens para desenvolver sua carreira; tem levado cada vez mais um número maior de jovens com formação acadêmica de diversas áreas, inclusive com pós-graduação a ingressar nessa carreira.

Nível do trabalho: Pesquisador - P

Palavras-chave: prisão, disciplina, formação.

Área da Psicologia: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

VIOLÊNCIA CONJUGAL – IMPLICAÇÕES DELETÉRIAS PARA A SEXUALIDADE FEMININA. *Maria de Fátima Scaffo* (Docente da Faculdade Internacional Signorelli, Rio de Janeiro)

A violência contra a mulher continua sendo um grave problema social no Brasil e no mundo, apesar da luta feminista em torno deste fenômeno desde 1970. A medida de sua entrada no debate acadêmico, nas políticas públicas e práticas sociais, ganhou denominações distintas, tais como violência de gênero, violência doméstica, violência contra a mulher e violência intrafamiliar, tendo cada uma destas expressões concepções teóricas e implicações práticas distintas. Almeida (2007) alerta que os diversos significados destas categorias têm implicações teóricas e práticas. A violência de gênero deixa intocados os fundamentos da dominação patriarcal, o que contribui para a ocultação da análise das relações de poder entre os sexos; a violência doméstica focaliza a esfera privada, independente do sujeito que sofre o agravo como também o sujeito que perpetra a ação violenta; a violência contra a mulher aponta primordialmente a vítima, não inscrevendo no ato violento a sujeito violento; já a violência intrafamiliar se direciona somente para as agressões que ocorrem no seio da família, ou seja, só se refere ao espaço físico onde a violência ocorre. Neste artigo optamos por usar a categoria violência conjugal por indicar o caráter relacional da violência, ser mais frequentemente dirigida à mulher, ocorrer no espaço privado, locus considerado de segurança e expressar muito nitidamente a permanência da dominação patriarcal até a contemporaneidade. O presente trabalho apresenta resultados de pesquisa na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO sobre fenômeno violência contra a mulher e as implicações deletérias no tocante à sexualidade. Categoria de análise - Memória Social, focalizando a influência da transmissão geracional psíquica de papéis de gênero –TGPPG no que tange ao silenciamento da mulher violentada. Método: Levantamento de campo realizado no município de Niterói – Rio de Janeiro - Brasil. Sujeitos: Mulheres vítimas de violência conjugal. Instrumento: 10 questões dialógicas sobre percepções da violência sofrida e agravos decorrentes dessa vivência. Material será analisado pelo método qualitativo de análise de discurso. Resultados: No âmbito conjugal, a violência sexual é uma das

formas mais difíceis de ser denunciada. Como transgressão das proibições, ultrapassa códigos sociais quanto ao respeito à alteridade. Sua natureza traumatizante provoca feridas físicas e psíquicas de diferentes ordens, em especial, a fragilização identitária. Como dispositivo de degradação provoca uma série de disfunções relativas à sexualidade. Fenômeno social grave, pode ser ocultado pelos círculos familiares, reforçadores dos estereótipos de gênero que criam no inconsciente feminino estruturas rígidas que provocam ausência de credibilidade na busca de estratégias que garantam a expressão de sua sexualidade.

Nível do trabalho: Pesquisador - P

Palavras-chave: Violência conjugal. Memória Social. Sexualidade Feminina

Área da Psicologia: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal